

O argumento comunitário como defesa da língua ordinária em Francisco Sánchez, o cético (1551-1623)

The communitarian speech as defense of the common language
in Francisco Sánchez, the skeptic (1551-1623)

María del Pilar Roca

Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O presente artigo estuda a atitude do *judeu - converso não assimilado*, originada e desenvolvida na Espanha nos séculos XVI e XVII que influenciou no campo da ação política, educativa e espiritual e nos meios acadêmicos, literários, filosóficos e religiosos da Espanha contribuindo na formação da sociedade civil. O pensamento de Francisco Sánchez, vulgo o Cético, (Tuy, 1551-Toulouse, 1623), será abordado a partir dos fatores que determinaram as características da mencionada atitude assim como dos elementos céticos na sua argumentação filosófica.

Palavras-chave: Francisco Sánchez. Filosofia da linguagem. Linguagem e práticas sociais. Linguística.

Abstract: The present article studies the attitude of *the not assimilated Jewish convert*, originated and developed in Spain in the 16th and 17th centuries, which has influenced the field of political, educational and spiritual action as well as the academic, literary, philosophical and religious environments in Spain, contributing to the formation of civil society. The thoughts of Francisco Sánchez, also known as the Skeptical (Tuy, 1551 - Toulouse, 1623), will be approached according to the factors that determined the characteristics of the aforementioned attitude along with skeptical elements of his philosophical argumentation.

Keywords: Francisco Sánchez. Philosophy of language. Language and social practices. Linguistics.

Introdução

Entender a atitude do judeu-converso hispânico revela-se essencial para a contextualização histórica e social do médico e filósofo Francisco Sánchez (1551-1623), vulgo o cético. Embora desenvolvesse a sua carreira profissional na França, na cidade de Toulouse, a atitude crítica de Sánchez se insere dentro de um conjunto de intelectuais cujo pensamento surgiu e agiu na Espanha do século XV e XVI, tentando uma progressiva compreensão do significado da essência comunitária do ser humano quando já as práticas espirituais haviam sido contagiadas pelo forte racionalismo filosófico.

Na Espanha medieval, além do interesse dos monarcas na difusão da cultura, foram os assessores judeus quem influenciaram no século XIII os reis de Castela e Leão, Fernando III e Alfonso X, para usar cada vez mais a língua vernácula – o castelhano – nos textos oficiais em detrimento do latim por ocasião da unificação dos reinos de Castela e Leão (LAPESA, p. 237). A partir de 1230, portanto, o emprego da língua castelhana em comunicados oficiais internos irá aumentar gradativamente, ao passo que o latim será a opção para as comunicações diplomáticas entre os diferentes reinos, além de ser a língua do ritual cristão.

Já desde a Idade Média, portanto, e por mera necessidade de sobrevivência da comunidade, o objetivo dos judeus hispânicos teria sido primeiro identificar e depois separar os dois espaços, o político e o religioso. Isto é, deveriam encontrar e fazer visíveis os limites entre os afazeres do mundo íntimo e religioso de aqueles que correspondiam ao público e político. No âmbito privado, seria usada a língua latina no caso dos cristãos e a língua hebraica no caso dos judeus, ao passo que no âmbito público a língua de comunicação comum e quotidiana seria o castelhano. Assim, o universo espiritual próprio de cada comunidade estava preservado.

A partir do século XV e XVI, a quebra do absoluto que percorre Europa e a necessidade de dar coesão a uma sociedade constituída de diferentes visões de mundo faz com que, primeiro os judeus e mais tarde os judeu-conversos, explorem os veículos válidos para o desenvolvimento de uma sociedade possível. No espaço do político, aprofundam na leitura de São Paulo e aprimoram o paradoxo iniciado no medievo de realizar uma leitura política do Corpo de Cristo paulino (ROCA, 2011). No campo do linguístico essa tendência a politizar qualquer realidade levou a observar a importância do uso como uma atualização da experi-

ência pelo exercício da memória constante. A língua é assim entendida como um exercício da memória que ilumina o presente à luz de uma experiência comunitária. Este lugar comum é frequentado nas argumentações de judeu-conversos como Juan Luis Vives (Valencia, 1492-Bruxas, 1540), Juan de Valdés (Cuenca, 1504-Nápoles 1541) e o próprio Sánchez. Ditos autores, e Sánchez dentre eles, tentam uma caminho do pensamento mediante a prática do relativismo linguístico (ROCA, 2008) que faz prevalecer a memória por cima do exercício intelectual solitário, além de facilitar a abertura mental para observar o uso, isto é, a situação de vivência concreta.

A ênfase do uso como referencial dos significados levaram na Espanha do século XVI a escutar a comunidade por cima das práticas filosóficas, que consideravam o significado como consequência de um processo mental e intelectual de natureza solipsista. Nestes autores a observação da situação concreta substitui qualquer tentativa de método genérico e generalizador para compreender a realidade. Se a língua romance se explica por si mesma através do uso, cada caso requer de um estudo específico e próprio para ser compreendido. Se analisarmos brevemente uma das obras primas da literatura espanhola, o *Lazarillo de Tormes* (1554), que terá influência na literatura europeia, não é à toa que o protagonista parta do caso específico da sua vida para o leitor entender porque ele, esposo da mulher de um padre da cidade de Toledo, está no “cúlmen da boa fortuna”. O autor continua anônimo, porém a crítica é unanime em concordar sobre a sua origem judaica. É o relato do caso o que o explica. Ele, portanto, se explica a si mesmo. Os judeu-conversos, em razão de vida, estavam se antecipando à quebra do absoluto europeu.

Pensadores da mesma origem, como o mencionado Juan de Valdés, desenvolvem a mesma metodologia que parte do caso específico como proposta inicial de análise. A visão do caso concreto permite que Valdés sinalize diferenças importantes no seu *Diálogo de la lengua* entre língua morta, o latim, e língua viva, o romance. Enquanto que a primeira podia ser estudada nos livros e reduzida a regras, a segunda precisava da comunidade de falantes. Assim, escolher a comunidade fazia com que o referente se revelasse móbil e histórico. Sánchez, sem chegar a conhecer a mencionada obra de Valdés, que não será publicada até dois séculos depois da sua composição, em 1737, utilizará a mesma afirmação de língua ordinária ou em uso como referencial do

O argumento comunitário como defesa da língua ordinária em Francisco Sánchez, o cético (1551-1623)

337

conhecimento ou da ciência. O interessante, por paradoxal, é que ele irá empregar um conceito de conhecimento que tem mais a ver com como funciona a fé.

Da mesma maneira que as razões de privilegiar o uso tem origem em questões políticas do medievo, as raízes da preocupação por tratar dos limites entre ciência e fé devem ser encontradas nesse longo período histórico no qual Ocidente se formou política e espiritualmente. Espanha não é uma exceção. Mais especificamente devemos encontrá-las quando as comunidades judias e cristãs se debateram publicamente nos logradouros das cidades para determinar qual era a religião verdadeira, partindo ora de argumentos teológicos (fé) ora de filosóficos (razão). Os primeiros consideravam a comunidade como doadora de significados seguindo uma tradição que perpassava séculos e que era entendida como um testemunho de fé, ao passo que a razão era uma tentativa intelectual que desenvolvera a cultura grega para explicar o mundo sem ter uma experiência de vida que a referendasse. Já no século XII, o poeta Yehuda ha-Levi, no seu livro *o Kuzari*, alertava para o perigo de acreditar que o método de Aristóteles era superior aos caminhos da fé porque, diferentemente dos judeus, ele não dispunha de uma tradição que o guiasse.

Por séculos, Sánchez foi definido como cético e, mais frequentemente, como antiaristotélico. Deveremos analisar a vida e a obra, seu caso concreto, para entendê-lo.

1 Significado da vida e da obra de Sánchez

Filho de pai convertido e exilado, primeiro das terras de Aragão e mais tarde da Espanha, e de uma judia de boa família da cidade de Braga, em Portugal, Francisco Sánchez, ou Sanches, como o conjunto de críticos da orilha lusa acostuma citá-lo, nasce por volta de 1551 em terra fronteiriça, Tuy, uma cidadezinha nos limites entre Espanha e o norte de Portugal. Talvez seu nascimento em um lugar de passo se justificasse pela necessidade paterna de encontrar um lugar de fácil mobilidade no caso das situações políticas ficarem adversas para os da sua nação.

Seja por causa da situação econômica, seja por causa das ameaças políticas, que já o tinham afetado no passado, nas convulsas terras de Aragão, o pai de Sánchez decide uma nova virada na vida familiar quando a criança tem por volta dos sete anos de idade. A família sai para a cidade de Bordeaux, na França, onde havia se concentrado uma impor-

tante comunidade de judeus espanhóis e portugueses porque através de um edito do rei Luis XI de fevereiro de 1474, os estrangeiros podiam agir com liberdade comprando e vendendo propriedades assim como exercendo o comércio sem travas fiscais. Em tempos incertos para quem não poderia defender a sua limpeza de sangue nas terras luso-espanholas e nas vésperas do nascimento do pequeno, em 1550, esta liberalidade se faz mais específica para os cristãos novos, que são convidados a se estabelecer na França e a usufruir os direitos de qualquer francês. Será em França, portanto, onde Sánchez receberá a sua formação básica e onde desenvolverá sua vida profissional como médico e como professor universitário, concretamente na cidade de Toulouse.

Na França será a cidade de Bordeaux um destino determinante para a compreensão da obra sancheana. Ali frequenta entre os anos 1562 e 1571 o Colégio da Guyenne, a mesma escola na que Michele dela Montaigne havia cursado estudos entre 1539 e 1546. História familiar e critérios de formação constituirão o eixo compartilhado do pensamento de ambos filósofos. Com efeito, eles dois tem familiares comuns que compartilham a mesma origem familiar aragonesa e judia. Porém, será durante estes anos de escolarização onde tanto o médico quanto o ensaísta receberão uma formação comum que se manifestará na defesa da tolerância e do relativismo linguístico. Os professores do Colégio da Guyenne que compõem o quadro educativo eram, na sua maioria, de origem judia-conversa e dois deles, Henrique Estienne e Gentian Hervet, serão tradutores do grego para o latim dos *Esboços pirrônicos*, de Sexto Empírico (MOREIRA DE SÁ), o texto responsável por introduzir na Europa do XVI a discussão sobre a tolerância e o relativismo moral que desenvolverá Montaigne ao longo dos seus ensaios. Um olhar imediatista poderia fazer acreditar que a reflexão sobre a tolerância tem origem aqui, porém na nossa visão histórica acreditamos que era necessária uma sensibilidade prévia que permitisse entender o propósito do relativismo. E acreditamos que essa sensibilidade tem razões existenciais e históricas que remetem à Espanha medieval com as quais ambos pensadores tinham comprometido seu passado. Sobre tudo no caso que nos ocupa, o de Sánchez.

Com efeito, as origens hispânicas e biográficas de Sánchez permitem entender que a discussão que ele trará a tona está vinculada a uma realidade existencial e histórica que tinha provocado de maneira direta ou indireta seu exílio. As questões que iremos tratar aqui par-

O argumento comunitário como defesa da língua ordinária em Francisco Sánchez, o cético (1551-1623)

tem da consideração de que o fenômeno do judeu-converso hispânico, a diferença do português, não se referem a um cripto-judaísmo, porém a uma persistência ou continuidade do sentido ético que o judaísmo sempre havia dado à leitura da Torah e que irá se traduzir ao longo dos séculos em um compromisso pela ação política dirigida à construção da sociedade civil (ROCA, 2005).

O problema que Sánchez aborda tem raízes na Espanha medieval, como permite entender outra figura de similares características. Século e meio antes, na mesma universidade onde Sánchez é professor de filosofia natural, outro professor também de origem hispânico, desta vez catalã, concretamente de Barcelona, havia escrito um tratado sobre a superioridade da fé sobre a razão como caminho, que não método, para o conhecimento. Tratava-se de Raimundo Sebunde, e sua obra *Diálogo de las criaturas* (finalizado por volta de 1436, porém só publicado em finais de século XV) e a ele devemos mais uma coincidência neste contexto de relativismo moral, científico e linguístico, pois Michele de la Montaigne lhe dedicará um dos seus mais longo e relevantes ensaios: *Apologia de Raymundo Sebunde*.

Por todo isso, Francisco Sánchez parte de uma complexidade de elementos para elaborar sua crítica acadêmica. Eles são uma mistura de, por uma parte, uma experiência de exílio familiar, de uma longa discussão filosófica que só tinha produzido exclusão, exaustão e desmembramento das comunidades de base, uma perda dramática de referenciais, um esquecimento da situação concreta e, por outra, de uma formação para a tolerância. Francisco Sánchez parte de tudo isso para levar à renascença europeia a discussão sobre uma das questões mais inquietantes do medievo espanhol, as inúteis diferenças entre fé e razão, a necessidade de observar o caso concreto e a inexistência de alguma coisa que possa ser chamada de universal.

2 Contextualização filosófica

2.1 Sánchez na corrente cética

A corrente de pensamento na qual Sánchez tem sido incluído é a chamada *corrente cética* que se iniciou com o filósofo grego Pirro (Elide, 365/360- 235 a.C.) Seu pensamento foi recolhido por Sexto Empírico (s.II - s.III d.C.) que marcou a separação definitiva com o mundo acadêmico grego quando este começava a percorrer uma linha mais dogmática em relação ao estreito vínculo entre língua e verdade. O interesse renascen-

tista de determinados intelectuais pela obra cética foi influenciado pela mencionada tradução do latim da obra de Sexto Empírico, embora o filósofo grego discutisse o erro dos julgamentos desde um enfoque moral e ético, visto que os costumes e hábitos mudam com os tempos e com os povos que os praticam. A corrente cética da renascença europeia, no entanto, irá transferir esta análise para outros campos e colocará a ênfase na necessidade de limpar a língua de quaisquer determinismos *a priori* que a desvie da verdade, isto é, da natureza e suas leis para poder evoluir na ciência.

É nesta última abordagem que se deve entender a intenção da obra sancheana, de modo a poder esclarecer os caminhos da ciência, fechados na época pelos princípios aristotélicos nos quais a filosofia natural se baseava. Portanto, os escritos sancheanos não estão centrados na crítica ao dogmatismo moralizador e sim na crítica aos critérios dominantes na academia, verdadeiros alçózes do pensamento e da pesquisa. Destarte, o ceticismo de Sánchez se enquadra na atitude que originou o ceticismo originário, baseado em uma atitude de abertura investigativa constante, típica dos médicos que a iniciaram.

Esta atitude era muito diferente (i) da postura dogmática, a qual propugnava que a verdade existia e que já tinha sido encontrada, e (ii) da postura acadêmica, que defendia que, se bem a verdade existia, ainda deveria ser encontrada. Por sua vez, os céticos, termo que significa na sua raiz etimológica grega “os que pesquisam”, não faziam nenhum tipo de afirmação *a priori*, isto é, não emitiam nenhum julgamento de valor. Eles mantinham uma atitude de constante observação dos fatos e as suas conclusões eram consideradas temporárias.

A extrema modernidade de Sánchez se manifesta na tendência atual a desenvolver os estudos científicos com base no estudo de caso, em vez de partindo de uma fundamentação teórica alagada de apriorismos e sem uma origem empírica. Há, como dito acima, uma persistência de dar prioridade a uma experiência de vida por trás das numerosas citas de autores gregos, que na sua maioria são chamados para serem recusados. Desde o século XVI, já observamos que os judeu-conversos citam os clássicos greco-latinos muito mais do que as fontes bíblicas, porém isso não significa, como muito bem demonstra Sergio Fernández López (p. 15), que não bebam delas muito mais do que as citam. De fato, na sua obra principal, *Quod Nihil Scitur* (1581), ele coloca a sabedoria de Salomão por cima de a de Aristóteles.

*O argumento
comunitário
como defesa
da língua
ordinária em
Francisco Sán-
chez, o cético
(1551-1623)*

341

2.2 Sánchez na continuidade da tradição

O cerne da obra sancheana é a evolução da consciência como base do conhecimento. O judaísmo expressa de maneira clara a operação humana que identifica linguagem, divindade e consciência. O fato de a consciência ser o lugar de encontro com a divindade possibilitou que os judeu-conversos se amparassem nela para defender sua especificidade como comunidade e permitisse entender que a essência do humano estava no seu potencial de encontro.

A força do relativismo linguístico reside na crença de que o princípio epistemológico essencial tem por referente a *Presença*, que caracteriza os relacionamentos humanos autênticos, um pensamento de viés comunitário que terá seu maior artífice no século XX, quando o filósofo Martin Buber (Viena, 1878- Jerusalém, 1965) edifica sua filosofia dialógica na obra *Eu e Tu* (1923). Esta atitude relativista, comunitária e finalmente dialógica se havia elaborado desde a necessária purificação do judaísmo contida no judeu-converso hispânico, assim como em autores posteriores que experimentaram processos assimilatórios, como Buber, de modo a permitir a sobrevivência de seus valores motrizes em momentos de necessária reformulação comunitária.

Por todo isso, durante este estudo estaremos diferenciando entre o *judaísmo* como religião e o *judaico* como atitude, como um *estar no mundo*, que resgata seus valores através de ações éticas. Será a este último sentido ao qual nos estaremos referindo em todo momento. Os traços desta atitude que teremos como marco de compreensão da obra sancheana se manifestam também em maior ou menor medida no que temos denominado em outros estudos (ROCA, 2005, 2006, 2008, 2011) como *judeu convertido, porém não assimilado*, em razão de manter os valores do judaico através de uma aparente perda que resultou só formal. Na sua maioria, estes intelectuais que compartilham a mesma tradição de origem, e da qual Francisco Sánchez faz parte, consideram que a experiência comunitária é o caminho que possibilita o acesso ao conhecimento. Isto é, para eles os referenciais que dão sentido às palavras não são formais e os signos físicos só são compreendidos se mediar uma experiência de relação em um momento histórico dado que forma as consciências.

No campo da linguística, o princípio de relação faz menção a uma experiência de uso em uma situação concreta que obedece a um forte sentimento de pertença (ROCA, 2009). Já no *Diálogo de la lengua* de Valdés se coloca de manifesto que as línguas mortas se estudam através de uma

gramática, por não existir uma comunidade de uso. Seu aprendizado é pautado por um modelo que remete à escrita e a ela o estudante deve se adequar para obter sucesso e conhecimento. O aprendizado das línguas mortas se realiza em redor dos conceitos de “certo” ou “errado”. Já as línguas vivas dispõem de uma comunidade de falantes que as regularizam mediante o uso e determina a norma a través “do que se diz” e “do que não se diz” (ROCA, 2010). Para as línguas vivas o referente é um fluxo, não um modelo. E o fluxo é mutável e mutante.

2.3 Sánchez na história

Segundo acabamos de expor, Sanchez coloca a ênfase da elaboração de sentidos no movimento histórico e comunitário que refaz seus referentes a cada hora e em cada momento concreto, a partir das experiências de relação, o que permite a prática do relativismo mental, assim são criadas novas articulações segundo as mudanças acontecidas no interior do indivíduo e na comunidade. Os sentidos, portanto, são uma marca de realidade tanto individual quanto comunitária surgidos em um processo de vai-e-vem que forma as consciências. Eles absorvem assim uma função imunológica e desenvolvem mecanismos de defesa contra qualquer tipo de interferência entre o indivíduo e seu potencial de encontro (princípio de relação). Em coerência com isto, alguns dos sintomas que encontramos em autores de origem judaica, como o mencionado Juan de Valdés e em concreto em Francisco Sánchez, são: (i) a experiência comunitária como conhecimento e como referencial dos sentidos e (ii) a compreensão de autoridade como aquela derivada do uso comunitário.

Para alguns dos mais relevantes intelectuais espanhóis de origem judaica-conversa que surgem nos dois séculos seguintes à obrigada conversão, era fundamental a compreensão de que o princípio epistemológico essencial ao ser humano se ativava a partir do encontro consciente com o outro. A necessidade da presença *do outro* para desenvolver a compreensão e entrar no caminho do conhecimento será apontado no movimento hermenêutico de H.G Gadamer (1902-2002) durante a segunda metade do século XX já explicitado pelo filósofo Martin Buber nos seus estudos sobre comunidade (1987). O pensamento deste último se desenvolveu em decorrência da assimilação da comunidade judaica em Alemanha e no leste europeu, que segundo o pesquisador Julio Caro Baroja foi muito semelhante à acontecida na Espanha dos séculos XV, XVI e XVII (p. 16).

*O argumento
comunitário
como defesa
da língua
ordinária em
Francisco Sán-
chez, o cético
(1551-1623)*

343

Para Buber, do mesmo modo que para um importante número de judeus espanhóis convertidos dos séculos XV e XVI, a comunidade deveria ser a experiência de encontro com a divindade, em um relacionamento que permitia a presença completa. Se Juan de Valdés falava na necessidade de o homem se libertar da culpa para dar espaço à esperança, Buber fala em *liberação de uma ressalva* como o fato que permite um relacionamento autêntico. Assim, o princípio de relação intrínseco aos seres humanos superava a necessidade de adequação que toda doutrina exige, manifestada esta na fidelidade cega aos ritos e às cerimônias que entendem a presença e o relacionamento com a divindade como a sequência correta de uma série de gestos formais previamente convencionados.

Já no contexto acadêmico, contagiado de uma compreensão superficial da espiritualidade, que reduz a superstição ou dogma aleatório, este enfoque irá levantar a velha discussão sobre o método. A partir dela, estes intelectuais assumirão de maneira implícita ou explícita que o conhecimento é resultado da prática constante da observação dos fatos, própria à essência da filosofia esclarecedora da natureza humana e que isso só é possível se feitos desde uma língua em uso, ou em palavras de Gadamer, de *uma língua que se habita*. Assim estabelece-se a oposição que Buber viu entre dogma e espiritualidade e que em outros trabalhos tratei como a referida diferença entre gramática e língua ou entre a *necessidade de adequação ao método* e o *princípio de relação* (ROCA, 2009). O interessante é que Sánchez aponta para o fato de que a maior guarida da superstição é o médio acadêmico (SÁNCHEZ, 1999, p. 130),

3 Sánchez visto pela crítica moderna

Os pesquisadores lusos e hispânicos afundaram durante anos em discussões sobre a nacionalidade portuguesa ou espanhola do filósofo, que não parece relevante para a leitura do seu pensamento. A perspectiva que aqui tomamos como mais esclarecedora é a tese da origem conversa de Sánchez. A sua biografia está tingida de problemas na sua identidade jurídica e religiosa.

Américo Castro foi um dos pesquisadores mais reputados no que se diz respeito do estudo da influência conversa na Espanha. Iniciador de uma leitura mais sociológica e histórica que puramente filológica da literatura, Castro foi reconhecido pelas suas abordagens lúcidas dos principais autores e das principais obras da renascença e do barroco hispânico, colocando em evidência a complexidade de uma sociedade

regida por categorias absolutistas no ambiente público, mas fragmentada em diferentes confissões no campo do privado. Isto se traduzia numa falta de consenso sobre o destino comum enquanto Estado. Continuaram nesse trabalho, não sem desacordos, historiadores como Antonio Dominguez Ortiz, Julio Caro Baroja ou Joseph Pérez, entre outros. No entanto, Sánchez não teve muita atenção da crítica durante os últimos trezentos anos. Poucos críticos dedicaram tempo a ele, que o consideraram como um filósofo menor, sem a altura de Descartes, com quem não por acaso se acostuma compará-lo.

Foi no século XX quando os estudos sobre Sánchez alcançaram um relevante número de estudos, artigos e livros, começando pelo pesquisador Henri Pierre Cazac. O pesquisador Popkin (2000) estruturou a pesquisa do pensamento cético da Renascença europeia, incluindo nas suas obras grande número de autores de origem conversa, entre os quais se encontra o autor objeto da nossa pesquisa. Em todos eles, a necessidade da crítica filosófica passava necessariamente pela crítica da linguagem e seu posicionamento perante do problema do método como um assunto moral ou dependente do momento histórico.

De uma maneira solapada e em surdina, a possível influência sobre Descartes, quem teria tomado seu primeiro capítulo de *Que nada se sabe* para dar início a seu *Discurso do método*, não tomou muita atenção da crítica até há pouco tempo (se desconsideramos a correspondência que alguns pensadores mantiveram com o filósofo, e que acabou com um “não me fala mais desse Sanchez” por parte de Descartes). Stäudlin e Coralnik atribuem a causa da pouca atenção ao estilo extremamente moderno de Sánchez, que o fazem um precursor de Bacon ou Descartes, como uma das possíveis causas deste esquecimento (apud POPKIN, 2000, p. 86-87). Podemos concordar com eles em que Sánchez tem um estilo moderno demais para a época, e até que seja um precursor de Bacon, porém temos razões para pensar que é mais um opositor que um precursor do pensamento cartesiano. A chave está em que os pressupostos sancheanos o impossibilitaram de compor método nenhum, pois ele iria de contramão das suas propostas. Esta impossibilidade, de tamanha coerência, é o que, paradoxalmente, deu a Sánchez o nome de *filósofo menor* ou de segunda fila.

No entanto, na nossa perspectiva, um método, que não uma metodologia, supunha e ainda supõe entender o ser humano como a-histórico. A elaboração de um método, como o que dá o título de filósofo de pri-

*O argumento
comunitário
como defesa
da língua
ordinária em
Francisco Sán-
chez, o cético
(1551-1623)*

345

meira magnitude a Descartes, parte de certezas e leva à certezas, eliminando toda confiança nos sentidos e colocando todas as esperanças no pensamento. Essa será a primeira crítica, e a fundamental, que Sánchez fará ao universo metodológico das ciências aristotélicas. Muito diferentemente, Sánchez partiu da dúvida e persistia nela como caminho do conhecimento. Ele, aliás, na sua obra centra *Quod nihil scitur* (1581) defendia a suspensão do julgamento de valor para tingir o caminho para o conhecimento que Descartes afirmaria anos depois ter encontrado com o *Discurso do método*. Foi ele e seu método que alimentaram a Ilustração francesa e foi, segundo a experiência espanhola de integração malsucedida, uma infeliz marcha ré.

4 A função da dúvida em Sánchez: ir ao caso, observar o uso

No século XVI, os professores de filosofia natural que ensinavam nas universidades da Europa usavam uma língua impregnada de tautologias, apriorismos e julgamentos de valor – muitos deles de índole moral – que inibiam o desenvolvimento do conhecimento, isto é da aquisição da ciência, nos alunos que formavam.

Os intelectuais do século XVI, entre os quais se encontra Sánchez, põem em evidência o círculo vicioso dos conceitos dogmáticos embutidos na língua com que os professores de filosofia natural formavam os alunos, em vez de iniciá-los na observação direta dos fatos. Quando os professores faziam ênfase na língua como modo de conhecimento, virando especuladores dos significados, dizia Sánchez, eles afastavam os alunos dos processos de aprendizagem mais eficazes, isto é, da observação da Natureza, com todas as suas mudanças.

Por isso, o principal argumento de Sánchez contra as autoridades, contra o sistema filosófico baseado em silogismos e contra as disputas acadêmicas que, no fundo, só tratam de opiniões, é comunitário. Para ele, o referencial dos significados não é um modelo, ele se refaz constantemente com o devir do tempo e da história e avança com a lógica dos acontecimentos, de cada situação concreta, como mais tarde Buber afirmaria contestando também a filosofia,

Do povo é que parece depender mais, ou menos por completo, a significação das palavras, e por isso a ele se deve ir buscar; efetivamente [sic], quem é que nos ensinou a falar senão o povo? É por isso que quase todos os que até aqui têm escrito, tomaram

como fundamento da discussão as afirmações mais frequentes feitas pelos homens, como por exemplo, Aristóteles [...]. Ora no povo haverá alguma certeza e estabilidade? De modo nenhum; e sendo assim, como é que pode deixar de haver modificações nas palavras? (SÁNCHEZ, 1999. p. 69).

A crítica de Sánchez aos abusos da linguagem que não tem uma base de uso comunitário repercute no sistema educativo porque o aluno acabava sendo um *súdito-cego* do professor e ficava estagnado dentro dos estreitos parâmetros de uma determinada escola filosófica que torcia o valor dos termos reduzindo-os a especulações linguísticas (“loquacidade inútil”, define ele), em vez de direcionar o aluno para assumir suas próprias interpretações da realidade e fazê-los confiar nas suas próprias percepções, sem intermediários que os confundissem ou os fizessem duvidar da sua capacidade para aprender. Da mesma maneira que Juan Huarte de San Juan¹ havia denunciado no prólogo de seu *Examen de ingenios*, publicado em Baeza (Jaén) em 1575, o sistema educativo tirava dos alunos a possibilidade de agirem segundo a sua criatividade, que é o que define ao ser humano e determina a possibilita seu aprendizado. Na verdade o que se está verificando com tudo isto é que o aluno não apreende pela atividade de ensino, simplesmente aproveita as oportunidades externas para desenvolver as capacidades inatas. O *Examen*, responsável por introduzir a biologia na psicologia, foi uma obra constantemente lida e citada nas discussões dos judeu-conversos que se haviam concentrado em Amsterdam provindos da Espanha e de Portugal durante o século XVII.

A partir de um destrinchar a essência do funcionamento linguístico, a evolução do conhecimento (que no contexto do século XVI se denominava ciência) se daria segundo Sánchez pela observação direta da Natureza e não pelo seguimento cego de uma determinada escola filosófica. Por tudo isso, a primeira coisa que deve ser cuidada no professor é fazer com que o aluno não perca a sua natural capacidade cognitiva da realidade com a qual adquiriu a língua desenvolvida dentro das leis fundamentais do uso. O professor deve permitir nos alunos o livre curso da crítica da linguagem como necessário ponto de início para poder ob-

O argumento comunitário como defesa da língua ordinária em Francisco Sánchez, o cético (1551-1623)

347

¹ Filósofo e médico, Juan Huarte de San Juan foi um atento observador dos movimentos espirituais da Universidad de Baeza (Jaén), fundada e constituída no século XVI por judeu-conversos.

ter resultados no desenvolvimento da consciência histórica do indivíduo. São ações educativas deste tipo as que podem debilitar os discursos totalitários, cuja característica mais destacada é o culto à figura de autoridade.

Conclusões

Sánchez usa a argumentação cética que a tradução da obra do filósofo Sexo Empírico traz ao ocidente europeu. No entanto, as modificações são importantes. A primeira e fundamental é o objetivo de Sánchez na sua obra prima *Que nada se sabe*. Diferentemente dos céticos, neste texto Sánchez não visa à paz de espírito. De fato seus escritos parecem entrar em uma carreira nervosa, às vezes agressiva e sempre desassossegaste por dismantelar todas as afirmações que estorvam à consecução dos seus objetivos cientistas e aos elementos básicos da formação cientista dos alunos e futuros profissionais. Seu verdadeiro objetivo é pôr de manifesto a fragilidade dos argumentos esgrimidos pelos professores aristotélicos da universidade cuja disciplina introdutória intitulada Filosofia Natural, de obrigatória estudo para ingressar nos diferentes cursos universitários, estava levando os alunos pelo caminho do dogmatismo em vez de pelo caminho da pesquisa.

A segunda contribuição sancheana é a função da dúvida. Sánchez tem por objetivo introduzir dúvidas positivas na crença do método praticado como caminho para a ciência, isto é, para o conhecimento. No entanto, o dado mais interessante da sua argumentação a é seu critério comunitário para validar ou não o método usado em determinada pesquisa. Para ele, a linguagem é determinante na definição de critérios de avaliação. Diferentemente dos colegas aristotélicos, emaranhados em terminologia difícil e desenraizada da linguagem comum, Sánchez defende que quem ensinou a falar foi o povo, que dele vem o sentido das palavras e que sendo que nele não há estabilidade, pois o significado das palavras evolui com ele, um cientista deve estar preparado para que as conclusões dos seus experimentos sejam igualmente temporárias. Isto é estranhamento original dentro dos parâmetros da ciência que procura fechar suas argumentações em torno de terminologias acunhadas no estreito escopo do puramente acadêmico e traz necessárias revisões referentes à metodologia para as ciências, já sejam as das tecnológicas quando das humanas.

Os primeiros capítulos de *Que nada se sabe* e do *Discurso do método* partem de problemas idênticos, porém chegam a conclusões diferentes. Enquanto Sánchez escolhe o argumento comunitário para determinar os

sentidos da língua, Descartes propõe o isolamento dos métodos de conhecimento a través da abstração da mente. O eu é para Descartes de natureza mental. Sánchez na verdade está seguindo a tradição judaica-conversa hispânica. Essa tradição havia optado pela língua vernácula para desenvolver o conhecimento que assume a base comunitária e transitória do conhecimento, que precisa da sua contínua atualização. A prova é que mesmo Sánchez tendo prometido um livro sobre a apresentação de um método esse livro nunca chegou às mãos dos leitores. Talvez porque foi perdido ou talvez porque Sánchez entendeu que um método é incompatível com uma compreensão do conhecimento como um fluir com o rio da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMÚDEZ VÁZQUEZ, M. I. **La recuperación del escepticismo en el renacimiento como propedéutica de la filosofía de Francisco Sánchez.** Madrid: Fundación Universitaria Española, 2006.

BUBER, M. **Sobre comunidade.** Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARDOSO, A. **Fulgurações do eu:** indivíduo e singularidade no pensamento do Renascimento. Lisboa: Colibri, 2002.

CARO BAROJA, J. **Los judíos en la España moderna y contemporánea I.** Madrid: Istmo, 2000.

CASTRO, A. **España en su historia.** Trotta: Madrid, 2004.

COPENHAVER, Brian P.; SCHMITT, Charles B. **A history of Western Philosophy: 3. Renaissance Philosophy.** Oxford-New York: Oxford University Press, 2002.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, S. **El cantar de los cantares en el Humanismo español:** la tradición judía. Huelva: Universidad de Huelva, Biblioteca Montañana, 2009.

HUARTE DE SAN JUAN, J. **Examen de ingenios.** Madrid: Cátedra, 1989.

*O argumento
comunitário
como defesa
da língua
ordinária em
Francisco Sán-
chez, o céptico
(1551-1623)*

349

María del
Pilar Roca

350

LAPESA, R. **Historia de la lengua española**. Madrid: Gredos, 1984.

MELLIZO, C. **Nueva introducción a Francisco Sánchez “El Escéptico”**. Zamora: Edic. Monte Casino, 1982.

PAZ MARCOS, M. **El concepto de ciencia en Francisco Sánchez**. Salamanca: M. Paz, 1993.

POPKIN, R. H. **The history of scepticism: from Erasmus to Descartes**. New York: Harptorch, 1968.

ROCA, M. P. Língua e tradição: judeus-conversos espanhóis leitores de São Paulo. **Boletim do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB)**, jun. 2011, n. 44, p. 31-33.

_____. El contexto educativo en el Diálogo de la lengua, de Juan de Valdés. **Letr@ Viv@**, v. 10, n. 1, p. 235-263, 2010.

_____. Relações de Simulação e Relações de Autenticidade no Ensino de Línguas Vivas. In: MENDES, Regina Celi; ROCA, Pilar (Org.). **Linguística aplicada, um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Lengua y conciencia en la mentalidad de los judeoconversos españoles. **El Olivo**, XXXII, 67, p. 39-64, 2008.

_____. A fundação das línguas vernáculas para a construção do Ocidente cristão. **Verba Juris**, 5, p. 77-108, 2006.

_____. **Ismael Viñas: ideografía de un mestizo**. Buenos Aires: Dunken, 2005.

SÁ, Arturo Moreira de. **Raízes e projeção do pensamento de Francisco Sánchez**. Braga: Faculdade de Filosofia, 1955.

SÁNCHEZ, F. **Quod nihil scitur**. Ed. e trad. de S. Rabade, J.M. Artola e M. F. Pérez. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Filosofía “Luis Vives”, 1984.

____. **Quod nihil scitur**. Latin text established, annotated, and translated by Douglas F. S. Thomson. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

____. **Quod nihil scitur**. Trad. de Basílio de Vasconcelos; Textos introdutórios de Joaquim de Carvalho. Lisboa: Veja, 1991.

____. **Obra filosófica**. Trad. de Giacinto Manupella; Basílio de Vasconcelos; Miguel Pinto de Meneses. Pref. de Pedro Calafate. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

SÁENZ DE BADILLOS, A. **Razón y Fe en el Judaísmo Hispano**: Yehuda há-Levi. Pensamiento y mística hispanojudías y sefardí. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2001. p. 69-99.

VALDÉS, J. **Diálogo de la lengua**. Madrid: Cátedra, 2003.

*O argumento
comunitário
como defesa
da língua
ordinária em
Francisco Sán-
chez, o cético
(1551-1623)*

351

